

Aprovado em Assembleia
de Freguesia de 28/06/24

[assinatura]

Doc. 4

Leonor Ferreira



Assembleia de Freguesia de Campanhã

Moção

Pela elaboração dum Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)

A inclusão de populações migrantes constitui nos nossos dias um dos mais importantes desafios civilizacionais. A disputa que temos de vencer, é entre as comunidades que querem viver com valores humanistas, cosmopolitas e solidários (e por isso entendem a importância das pessoas imigrantes no refrescamento demográfico e no crescimento económico das sociedades) e as ideias xenófobas, intolerantes e mesquinhas que marcaram os períodos mais negros da história da Europa como a guerra de 1939/1945.

Reconhecendo que as autoridades locais desempenham um papel relevante na forma como são estabelecidas as interações entre os migrantes e as sociedades de acolhimento e tendo também em conta a Agenda Comum para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - COM(2011) 455 - foi lançada em 2014 pelo então Alto Comissariado para as Migrações (ACM) a proposta para a elaboração de **Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM)**, entendidos como ferramenta estratégica para melhorar as condições de acolhimento e integração de migrantes nas comunidades locais.

Embora tenham sido posteriormente definidas novas políticas de acolhimento e integração das pessoas imigrantes como o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020, o número de municípios com planos atualizados para a integração de migrantes é ainda muito reduzido (menos de 15%).

Os Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM) devem ter como objetivos específicos a implementação de políticas de base local que fortaleçam a democracia e as dinâmicas sociais, que fomentem relações de convivência intercultural, que incrementem a intervenção local e potenciem a proximidade entre imigrantes e os territórios de acolhimento.

Para a sua conceção, para além de apoio financeiro do Fundo de Asilo, Migrações e Integração (FAMI), foi disponibilizado um guia com indicações sobre a sua metodologia, salientando a importância decisiva do processo participativo, do diagnóstico local, da dimensão estratégica e operacional e ainda do necessário processo de monitorização e avaliação.

Na reunião do Executivo da Câmara Municipal do Porto realizada no dia 25 de junho de 2024 foi confirmada a intenção da autarquia em candidatar-se ao FAMI e desta forma elaborar o Plano Municipal de Integração de Migrantes.

Pelo exposto e tendo em conta a inexistência na cidade do Porto dum documento que defina objetivos estratégicos e metas para a correta inclusão de populações migrantes, a Assembleia de Freguesia de Campanhã, reunida em sessão ordinária em 28 de junho de 2024, delibera:

- **Saudar o Executivo da Câmara Municipal do Porto por finalmente dar o primeiro passo para elaborar o Plano Municipal de Integração de Migrantes na cidade do Porto;**
- **Instar o Executivo da Câmara Municipal a avançar de imediato com o processo de elaboração do PMIM, garantindo que o mesmo se concretiza independentemente dos apoios do FAMI, desde logo definindo metodologia e garantindo que se tratará de um processo participativo juntamente com as associações e instituições locais que serão garante de um melhor diagnóstico junto desta população migrante.**

A representante do BE

(remeter ao Executivo da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal)